Renovação necessária

POR JOSAPHAT MARINHO

O governador Albano Franco, de Sergipe, em recente almoço com os jornalistas em Aracaju, referindo-se a seu estado, reconheceu que "o povo já está a exigir nomes novos", estranhos aos "quatro" ali conhecidos, inclusive "ele próprio" (*A Tarde*, 31/12). A humildade da declaração o engrandece porque representa espontânea percepção da vontade popular. Exercendo o cargo de governador, sendo originário de família influente e dispondo de largos recursos materiais, a confissão feita o exonera de possíveis erros cometidos, abrindo espaço a outras esperanças.

O homem público que proclama a conveniência de renovar lideranças ajusta seu pensamento ao espírito republicano de governo temporário. Não se trata de impedir a presença, na política, de antigas lideranças, ou de excluir dela os mais velhos. A idade, por si só, não é obstáculo ao exercício da vida pública. O problema está na atualização do pensamento e em saber dar oportunidade a outras gerações. A prática prolongada do comando tende a fixar-se em determinadas idéias e em certos modos de agir, ordinariamente incompatíveis com as mudanças culturais.

Quem governa ou dirige por muito tempo passa a considerar, quase sempre, intocáveis suas diretrizes, toda alteração prejudicial à eficácia e à eficiência da autoridade. E perde o hábito de obedecer, ou de conquistar o consentimento pelo diálogo. Tendo presidido o Senado por seis anos seguidos, o senador Moura Andrade confessou-me a dificuldade de permanecer no plenário destituído do cargo. Era, conforme acentuou, "peixe fora d'água". É que o poder cria hábitos, mesmo nos espíritos flexíveis.

NO BRASIL, O ESPÍRITO DE RENOVAÇÃO E DE FIDELIDADE DEMOCRÁTICA HÁ DE SER MANTIDO TANTO MAIS VIVO EM FACE DOS PRECEDENTES DO ESTADO NOVO E DO REGIME MILITAR. NUM E NOUTRO, E POR VÁRIOS ANOS, A SOBERANIA POPULAR FOI SUBSTITUÍDA PELOS ARTIFÍCIOS DO ARBÍTRIO

Na sociedade contemporânea, sobretudo, a rotatividade no comando é indispensável diante das transformações que se sucedem. Com a variação incessante das idéias, dos efeitos da tecnologia e do desenvolvimento científico e da rapidez vertiginosa dos meios de comunicação, o homem precisa atualizar-se diuturnamente para seguir a diversidade dos fatos e de sua repercussão sobre a conduta das pessoas e o destino das instituições. Quem não tiver capacidade ou disposição de flexibilizar seu pensamento para acompanhar as mutações entrará em conflito com a realidade.

Como o poder de mando nessa sociedade em transformação contínua pressupõe diálogo, a autoridade é consentida, e não imposta. Daí a fragilidade das ditaduras, mesmo as de caráter ideológico, desde o após-guerra de 1945. Quando se supõem fortes, ruem fragorosamente. O último exemplo foi o de Fujimori, no Peru. Depois de subverter o processo eleitoral e de multiplicar a reeleição, sobreveio a resistência popular, provocando a capitulação do ditador.

No Brasil, o espírito de renovação e de fidelidade democrática há de ser mantido tanto mais vivo em face dos precedentes do Estado Novo e do regime militar. Num e noutro, e por vários anos, a soberania popular foi substituída pelos artifícios do arbítrio. Restaurada a legalidade do governo do povo, cabe preservá-la, em sua amplitude. Por isso mesmo, não se cuida apenas de resguardar as formalidades constitucionais e legais. É fundamental defender as boas práticas do sistema democrático. Delas, essencial é a que permite a qualquer do povo chegar ao governo ou à representação parlamentar. Tal direito não é assegurado se se criam processos de chefia geradores de privilégios, que trancam caminhos para os menos protegidos, ou irresignados com a submissão. Sendo regime de convivência dos contrários, a democracia é legítima na medida em que proporciona o confronto de idéias opostas, ainda dentro dos partidos. A uniformidade de pensamento é grilhão que sacrifica a liberdade no altar dos tiranos.

A palavra do governador de Sergipe, dois anos antes da próxima eleição, é louvável reflexo de amadurecimento. Podendo conservar-se em silêncio, preferiu dar um testemunho de alto respeito ao sentimento do povo. Que o exemplo se reproduza para o bem da democracia.

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS